

## A INTERAÇÃO ENTRE O CAMPO FEMINISTA BRASILEIRO E O ESTADO NAS DISPUTAS DEMOCRÁTICAS DO SÉCULO XXI

Maria Leticia Leite Santos<sup>1</sup>

Mariana Reis<sup>2</sup>

Clarisse Goulart Paradis<sup>3</sup>

### RESUMO

A política sempre foi vista como um espaço dominado por homens com ideais patriarcais. As mulheres em todo esse processo acabavam por ser sub-representadas por homens que não entendiam o que é ser uma mulher. Mas felizmente o mundo está em constante mudança, porque a sub-representação nunca foi vista com bons olhos pelas mulheres, elas queriam estar nas instâncias de decisões, levantando suas bandeiras. Durante o texto será possível ver que nem sempre as mulheres que ascende na esfera política levanta bandeiras de interesse dos movimentos feministas, existem mulheres que perpetuam o mesmo sistema patriarcal, vamos colocar em evidência como os partidos brasileiros se organizam antes e durante as eleições e os motivos das mulheres sempre serem colocadas nas últimas possibilidade de lançamento da candidatura, dito isso, nessa leitura você encontrará como se deu o processo de aprovação das cotas na Bolívia e em Cabo Verde ressaltando também o insucesso da aprovação da lei de cotas no Brasil.

**Palavras-chave:** representação política; cotas de gênero; paridade política; legislativo.

---

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês, Discente, letici4leite@gmail.com<sup>1</sup>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês, Discente, reismaari@gmail.com<sup>2</sup>

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Campus Malês, Docente, clarisseparadis@unilab.edu.br<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A priori o presente projeto nasce com o intuito de entender como se deu a paridade em Cabo Verde e fazendo um comparativo com a Bolívia e Brasil. Vale ressaltar que em Cabo Verde a Lei de Paridade foi aprovada em 2019 e na Bolívia em 2009, no Brasil a história é diferente, desde 2011 os movimentos de mulheres vêm lutando contra o retrocesso da obrigatoriedade das mulheres eleitas porque quando foi pensado as cotas no Brasil ela deveria seguir um processo gradual de integração das mulheres nos espaços institucionais, sendo assim nosso projeto buscou entender os contextos de aprovação dessas leis e como essa discussão tentava ser retornada nos parlamentos Brasileiro.

Importante ressaltar que mesmo com as Leis de Paridade em diversos países as figuras femininas que estão nesses espaços do campo político e que seguem uma linha fora do padrão patriarcal de fazer política, sofrem ataques pelo simples fato de ser mulher e lutar pela autonomia de ser e viver, é justamente isso que as mulheres dos movimentos perceberam na Bolívia após aprovação da Lei 026 de Regime eleitoral, que garantia paridade em todas as instâncias representativas no país. Pois não bastava apenas ter 50% das mulheres na bancada, era necessário ter uma agenda que mostraria qual seria a prioridade daquela mulher que conseguisse ser eleita.

## METODOLOGIA

Ocorreram encontros quinzenais com a coordenadora e orientadora de pesquisa Prof.<sup>a</sup> Dra. Clarisse Paradis e a bolsista Mariana Reis, para que pudéssemos discutir os textos, video aulas e podcasts, apresentar os resultados obtidos através das atividades realizadas e organização das próximas etapas da pesquisa.

Foram mapeados textos que tratavam de eleições e mulheres através do banco de dados bibliográficos-SciELO - para que pudéssemos observar as produções acadêmicas em relação a estes temas. Foram realizadas leituras e debates sobre os sistemas políticos que estão sendo pesquisados, visando também entender os processos anteriores aos da aprovação da Lei de Paridade.

Confeccionamos um banco de dados com os principais atores/atrizes políticos que atuaram no processo da Lei de Paridade da Bolívia e Cabo Verde e também elaboramos um banco de dados com os principais atores/at políticos da comissão especial da PEC 185/07, para o caso brasileiro.

Além disso, acompanhamos os debates recentes sobre a PEC 125 de 2011, que foi rerepresentada em 2021, especialmente sobre o distritão e o quantitativo de cadeiras para mulheres no parlamento

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo político sempre foi visto como um ambiente patriarcal e limitando as mulheres a ficarem - não por vontade própria - no ambiente privado com tarefas domésticas e o cuidado dos filhos, e justamente por isso que muitos movimentos de mulheres ocidentais colocam em evidência a importância das mulheres acessarem o “público” através do movimentos, da política e principalmente como uma autora social e um símbolo de representação, mas segundo Eurídice Furtado Monteiro (2012)“(…) torna-se relevante identificar os fundamentos teóricos que subjazem à dialéctica de inclusão/exclusão dos grupos sociais subalternos e oprimidos, como as mulheres, enquanto um colectivo social heterogêneo.” (MONTEIRO, p.44, 2012), Monteiro ressalta em sua tese a importância de entender que as realidades das mulheres ao redor do mundo são distintas.

A necessidade de ter mulheres na política sempre foi evidente, mas ainda sim acaba por se ignorada em

diversas instâncias, durante os séculos XIX e XX a luta pelo sufrágio feminino tomou conta dos países europeus com o pressuposto de que “o acesso à franquia eleitoral representava o reconhecimento, pela sociedade e pelo Estado, de que as mulheres tinham condições iguais às dos homens para gerir a vida coletiva” (MIGUEL, p.93, 2014) e mesmo depois de conquistar o direito de escolher seus representantes e ser uma das representantes as mulheres encontraram diversas barreiras para conseguir de fato acessar o espaço político, podemos enumerar diversos motivos, sendo um deles a vida doméstica como o cuidado dos filhos e essa dupla jornada que uma mãe vive, muitas delas são chefes dos seus lares, quando chegam em casa precisa cuidar do marido, da família da casa, outro grande entrave é a forma que os partidos vem se organizando ao decorrer dos anos, quantos deles de fato inserem mulheres no “alto escalão” do partido? Quantas delas conseguem lançar-se candidatas? Mesmo com as Leis de Paridade em alguns países, como na Bolívia e em Cabo Verde, as figuras femininas que estão nesses espaços do campo político e que seguem uma linha fora do padrão patriarcal de fazer política, têm como consequência ataques pelo simples fato de ser mulher e lutar pela autonomia de ser e viver.

É justamente isso que mulheres do movimento perceberam na Bolívia após aprovação da Lei 26 de Regime eleitoral (que instaura a paridade): não bastava ter 50% das mulheres na bancada, era necessário também uma agenda que mostraria qual seria a prioridade daquela mulher que conseguisse ser eleita. Assim, as mulheres construíram uma agenda comum, intitulada de Agenda Política desde las Mujeres: uma agenda para despatriarcalizar, para que, então, tivessem os discursos alinhados com todas as mulheres que ajudaram a criar esta agenda de despatriarcalização, sendo do campo ou da cidade. Esta agenda foi extremamente importante para entender certos pontos da paridade, como por exemplo, nos mostra Winter: “a paridade numérica não significa paridade substantiva. (...) o problema estaria em como agem as representantes que não priorizam as agendas construídas em conjunto pelas organizações de mulheres” (WINTER, p.188, 2019), Winter em seu texto, ressalta também que nem toda mulher que chegar a bancada, vai promover ações que melhorem a vida das mulheres, obviamente existe uma elite política que tem outra lista de prioridades.

Há também outros fatores que fazem com que a paridade e/ou cotas - caso do Brasil, que há uma cota de 30% - não seja de fato efetivada. Os próprios partidos políticos não privilegiam em suas listas, candidatas mulheres, causando assim, invisibilização delas dentro do próprio partido e, quando são escolhidas para serem candidatas, seguem um padrão de mulher. Para conseguir entender ainda mais esta crítica, se faz necessário ressaltar a importância de ter mulheres dos mais diversos segmentos, pois só assim teremos uma democracia representativa plena.

As lutas por direitos iguais de participação política resultaram em melhorias e na introdução de suas pautas no cenário político, rejeitando a lógica neoliberalista. Este pensamento defende que todos os indivíduos são capazes de alcançar os espaços da mesma forma, pois isso depende apenas do próprio esforço individual. Esse discurso continua presente socialmente e é reforçado em várias esferas, principalmente na política. O processo de escolha eleitoral possui raízes históricas e sociais, as quais definem quem terá mais e menos chance de ser eleito(a). A perpetuação do pensamento neoliberal só ocorre para a manutenção das desigualdades sociais. Os corpos que sempre estiveram presentes neste espaço se sentem ameaçados pelos que “naturalmente” não deveriam ocupá-lo. Logo, eles repetidamente criam novas barreiras para impedir o avanço de pautas e indivíduos não pertencentes à hegemonia.

As poucas mulheres que conseguem romper com as barreiras iniciais e chegar à esfera política institucional, se deparam com um cenário composto de mais obstáculos. Muitas destas não conseguem exercer suas pautas de forma plena devido ao partido que fazem parte, porque eles são estruturalmente patriarcais, privilegiando as pautas masculinas em detrimento das minorias.

Além disso, existe a imposição de várias violências - psicológicas, raciais, políticas, emocionais- destinadas às mulheres. Isso demonstra que somente os mecanismos institucionais não servem para sanar o problema, é necessário que ele esteja aliado a outros mecanismos para que ocorra uma real introdução de mulheres no poder.

### CONCLUSÕES

Durante o processo de pesquisa do presente projeto conseguimos levantar diversas discussões relevantes referente ao movimento feministas e como a universalização das pautas não é benéfica para o movimento visto que as mulheres são diversas, podemos perceber a necessidade de um olhar mais sensível para todas as realidades antes mesmo de julgar.

Falamos da importância de um sistema eleitoral que de fato esteja atento no cumprimento da Lei de Paridade e aplicando punições aos partidos que não a segue da maneira que deveria, outro ponto crucial é entender que assim como os homens, as mulheres eleitas também possuem um perfil. São brancas, heteronormativas, solteiras, cristãs, sem deficiência e de classe média e alta. Mesmo após as mulheres terem conseguido acesso, mesmo que lento, à instituição política, isso não significou necessariamente o acesso de todas as mulheres de forma igualitária.

É perceptível que ocorreram diversos avanços na inserção das mulheres na política, porém não é o bastante, é preciso que as mulheres de fato estejam engajadas politicamente e que os partidos a qual são filiadas dêem o espaço necessário a elas, é um caminho longo para chegar aos 50% de mulheres ocupando cadeiras na política brasileira, mas é necessário que seja uma luta de todos, não somente das mulheres.

### AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora Clarisse Paradis que sempre acreditou no meu potencial e por ter proporcionado a possibilidade de fazer uma pesquisa tão importante e necessária. Obrigada a UNILAB e ao CNPq por proporcionar as bolsas de Iniciação Científica ajudando no avanço e nos resultados obtidos.

### REFERÊNCIAS

MIGUEL, Luis. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-107.

MONTEIRO, Eurice. Entre os senhores das ilhas e as descontentes: Ausência e emergência de mulheres no

campo político em Cabo Verde. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Colonialismos e Cidadania Global, Universidade de Coimbra. Coimbra, p. 376. 2012

WINTER, Ananda. Os sentidos da paridade de gênero na Bolívia e os elementos da sua constante transformação. *Novos Rumos Sociológicos*, v.7, n.11, 2019